

# Da Teoria do Multiplicador à Teoria dos Pontos de Impacto Decisivo

(NOTA SÔBRE O EFEITO DE UM ACRÉSCIMO DO PODER DE COMPRA)

ROBERT MOSSÉ (\*)

De acôrdo com os Keynesianos, o aumento, em determinada ocasião, do poder de compra (ou dos rendimentos monetários) envolveria *acrêscimos* amplificados e sucessivos da renda monetária total, ao curso de um longo período de tempo. Passando o poder adicional de compra de mão em mão, seria preciso somar as margens de rendimentos sucessivamente percebidos (1).

O crescimento do poder de compra teria, assim, um efeito miraculoso, semelhante à multiplicação dos pães, e poder-se-ia, se fôsse justa a teoria, obter resultados de envergadura por meio de providências limitadas. E' natural que espíritos insuficientemente críticos e fascinados por técnicas maravilhosas se deixem im-

---

(\*) Professor da Faculdade de Direito de Grenoble.

(1) A teoria do multiplicador foi apresentada, pela primeira vez, por R. F. KAHN, num artigo publicado no "Economic Journal" (Junho 1931), intitulado "The Relation of Home Investment to Unemployment".

Ela foi desenvolvida por KEYNES na *General Theory* (págs. 114 e segs.). Diversas apresentações e interpretações foram dadas por GEORGE N. HALM (*Monetary Theory*, 2.<sup>a</sup> edição, Filadélfia, 1946); RICHARD GOODWIN (*The Multiplier*, "American Economic Review", maio de 1948, págs. 299 e segs.). Segundo GOODWIN, a teoria do multiplicador é uma análise da propagação, através da economia, do impulso dado por um dispêndio de renda, quer se trate de uma renda efetiva, quer se trate de uma injeção de poder de compra. Ele escreve que quando os beneficiários de rendimentos os despendem, isto conduz "subsequently to still more income and so on indefinitely — indefinitely but not without limit"... J. H. WILLIAMS ("American Economic Review", maio de 1948, pág. 278) observa que o multiplicador equivale à velocidade de circulação. A aplicação ao comércio internacional (efeito do acréscimo de rendimentos dos exportadores) foi feita por FRITZ MACHLUP em "*International Trade and the National Income Multiplier*", 1943, e por RAGNAR NURKSE em "*Domestic and International Equilibrium*" (New Economics, págs. 266-67).

pressionar por um mecanismo que parece produzir mais energia do que a que ele é capaz de absorver.

Para os partidários de uma política monetária, a teoria da amplificação não deixa de ser perturbadora: se os efeitos de uma medida prática se devem ampliar, não se expõem a riscos consideráveis, embora se atrevam, como o aprendiz-feiticeiro, a desencadear forças que não possam ser medidas antecipadamente, nem dominadas no curso da experiência (2).

Do ponto de vista do simples bom senso, parece bastante surpreendente que se possam obter efeitos mecânicos maiores que a causa, e uma reação instintiva incita a acolher, com reservas e mesmo com cepticismo, uma concepção que lembra um pouco a alquimia (3).

Pretendemos verificar, aqui, se a análise confirma as objeções do bom senso. Recomendando o que poderíamos chamar de uma teoria dos *pontos de impacto*, tentaremos demonstrar que a teoria do multiplicador não passa, no fundo, de uma mistificação.

### I — O SOFISMA DOS GASTOS SUCESSIVOS

Certamente, é verdade que uma renda adicional  $r$ , traduzindo-se por um dispêndio adicional  $d$  (4) produz efeitos sucessivos ao longo do circuito que percorre a moeda, ao passar de mão em mão. Mas, não é verdade que se possam adicionar êsses efeitos, e que o efeito total seja um múltiplo do impulso original. Em certos pontos do circuito, uma despesa provoca um efeito real, de determinada grandeza; êsse impulso inicial se transmite no espaço e no tempo; êle espalha sua energia ao se decompor nos planos e momentos sucessivos. Entretanto, é preciso não confundir os *pontos de impacto*, que correspondem a fases decisivas, com os *pontos de passagem*, que nada mais são que fenômenos deriva-

---

(2) RAGNAR NURKSE reconhece que o efeito da aceleração é imprevisível, quer se trate de um "investimento provocado" quer se trate de amplificação do "sucessive spending flow" (New Economics, pág. 267).

(3) SMITHIES tem bastante razão de escrever que, quando o conceito do multiplicador fez a sua aparição na economia política, "it was viewed with dark suspicion by many economists. It seemed to be a device for pulling the economy up by its bootstraps". Mas, êle considera que a teoria adquiriu respeitabilidade, atualmente (op. cit., pág. 299).

(4) Deixamos de lado a questão das relações entre o rendimento e a despesa (a propensão a consumir).

dos, que registram, manifestam ou exteriorizam efeitos parciais, já, virtualmente, contidos no impacto ou no choque inicial.

Suponhamos, por exemplo, que, numa comunidade — onde a renda monetária anual seja 100 e o valor da real produção anual 100 — o Governo decida aumentar os vencimentos dos funcionários de 10 (para o ano corrente), graças a adiantamentos do Banco Central (emissão de papel moeda). Os funcionários comprarão maior quantidade de bens de consumo aos comerciantes (5). Estes vêem seus estoques se esgotarem mais rapidamente e por isso se reabastecem mais largamente. Por sua vez, os fabricantes aumentarão a produção, comprando mais matérias primas, empregando mais trabalhadores, etc. (se, pelo menos, as forças produtivas o permitirem). Considerando as coisas superficialmente, parece que haverá: acréscimo das rendas dos comerciantes, acréscimo das rendas dos fabricantes, acréscimo das rendas dos trabalhadores, etc., e, por conseguinte, novas despesas cujo efeito ajuntar-se-ia ao das despesas dos funcionários aumentados. No entanto, basta um pouco de reflexão para descobrir que não é exatamente isso o que se passa.

De fato, embora o impacto da despesa adicional inicial se produza em várias fases é preciso procurar a *unidade* do efeito total além das transações sucessivas.

Qual é êste efeito total? Ele pode, evidentemente, ser medido por duas maneiras: tanto sinteticamente, tomando-se a despesa inicial, como analiticamente, considerando-se os efeitos peculiares a cada estágio. É êste segundo método que engendra a confusão. Para proceder-se corretamente, é preciso contar em cada estágio apenas o que constitui um rendimento definitivo e não o que constitui uma simples transmissão, sem impacto distinto.

Ao primeiro estágio do circuito econômico, o comerciante conserva para si, a título de lucro, digamos 1 sobre os 10 recebidos. O fabricante retém, talvez, 1; a seguir, os trabalhadores, os capitalistas, etc., recebem o resto. Se não se conta, como se deve, em cada estágio, nada mais que os rendimentos peculiares a êsse estágio, e *definitivos*, chegar-se-á, necessariamente, a um total de rendimentos adicionais igual à despesa inicial.

---

(5) Para simplificar, fazemos abstração da economia (poupança) e do investimento. Supomos que toda a renda seja despendida.

Uma comparação poderá esclarecer a análise. A locomotiva dum trem de passageiros emite, para a calefação dos vagões, um jato de vapor que, por meio de uma canalização principal contínua, se transmite ao longo de todo o comboio. Torneiras apropriadas permitem desviar, da corrente principal, a quantidade de vapor necessária à calefação de cada vagão. Para medir a quantidade total do vapor, seria mais simples determinar, na saída, a quantidade emitida pela locomotiva. Os Keynesianos preferem adicionar as quantidades que em cada um dos engates passa ao vagão seguinte.

O próprio KEYNES e seus discípulos bem perceberam que a teoria do multiplicador conduziria a conseqüências absurdas. Para evitar o absurdo, construiu-se tôda uma análise das atenuações dos efeitos, seja pelo mecanismo da propensão marginal a consumir, seja pelo mecanismo da propensão marginal a importar. Na economia interna, supõe-se que, em cada nova fase, uma parte da renda não é despendida; assim, os acréscimos sucessivos tendem para zero (6). No caso do comércio internacional, supõe-se que os acréscimos de rendimentos são “bombeados” pelas importações que constituem uma forma de sucção aplicada ao fluxo da renda.

Essas análises concernentes aos desperdícios de “corrente”, correspondem, em nossa comparação, ao estudo da evasão do vapor nas juntas muito usadas ou mal ajustadas. Pode-se empregar bastante engenhosidade e zêlo no estudo das fissuras. Permanecer-se-á sempre longe da verdade, se se tem cometido, fundamentalmente, o êrro maior e grosseiro de somar os débitos de vapor aos engates subseqüentes, sem se dar conta que se trata da mesma corrente tomada em pontos sucessivos. Em lugar de procurar aproximar-se de conclusões realistas e de bom senso por meio de raciocínios complicados, teria sido preferível não se atirar à aventura *in the first place*. Mas, é bastante curioso observar que a ninguém haja ocorrido pôr em dúvida as premissas.

De nossa parte, recusando admitir o milagre da multiplicação, pensamos que, em tôda a “elevação” do poder de compra até os fatores da produção, nada mais existe além do desenrolar dos efeitos do impulso inicial. O único ponto decisivo de impacto é a despesa dos primeiros beneficiários do poder adicional de compra.

---

(6) GOODWIN, *op. cit.*, pág. 483.

Ao termo do período, durante o qual a cadeia dos efeitos se realiza, constatamos dois resultados. De um lado, a produção foi acrescida em valor de 10; se a produção real era elástica e se os preços permaneceram constantes, a massa dos bens concretos produzidos aumentou de 10; pode-se dizer que o *circuito foi alargado* ou que o nível da produção e do emprêgo foi elevado. Por outro lado, o poder de compra inicialmente atribuído aos funcionários é, daí em diante, repartido, a título de rendimento definitivo (7), entre os participantes da produção adicional. Ainda uma vez, o total desses rendimentos é igual ao poder de compra pôsto inicialmente em circulação, porque não se vê donde poderia provir um aumento.

Resta saber o que poderá ser o impacto dos rendimentos definitivos, passados entre as mãos dos trabalhadores, comerciantes, fabricantes, etc. O dispêndio desses rendimentos não vai constituir um fato novo, independente, capaz de promover um impulso novo e distinto do impulso inicial?

## II — O IMPACTO DOS RENDIMENTOS DEFINITIVOS

Se recusamos o caráter de *impacto decisivo* à transmissão de poder de compra, durante o fluxo do aumento, podemos fazer o mesmo no que concerne às despesas no consumo final? Para responder a esta pergunta, convém fazer uma distinção entre impacto qualitativo e impacto quantitativo.

a) A maneira pela qual os beneficiários de rendas definitivas empregam o seu poder adicional de compra vai influir sobre a orientação das forças produtivas. Enquanto que no primeiro período, a escolha decisiva é efetuada pelos funcionários aumentados, num segundo período a opção pertence a novas categorias de beneficiários. Se estes preferem menos alimentos e mais vestuários do que aqueles, a produção deverá adaptar-se à procura; a estrutura existente deverá ser modificada. Se, ao contrário, os novos beneficiários repartissem suas compras de maneira idêntica à dos antigos, a produção poderia conservar a mesma ordem de batalha. Noutros termos: quando os rendimentos monetários chegam às mãos de novos beneficiários, começa uma nova cadeia

---

(7) E não a título de rendimentos destinados a remunerar outros fatores.

e um *impulso de mudança* pode ser dado. E' neste sentido que se pode falar de um impulso qualitativo (8).

b) Em compensação, do ponto de vista quantitativo, os rendimentos definitivos não constituem uma adição aos que provêm da criação monetária em exame. E' o mesmo poder de compra que, *ao fim de um período*, se acha disponível para ir ao encontro da corrente de produção concreta do período subsequente.

Admitamos que, graças à primeira injeção de poder de compra, a produção tenha aumentado de 100 a 110 e que o circuito econômico se amplie, nesse período, em igual dimensão. Desta vez, não são mais os funcionários que comprarão o suplemento 10 de produção, e, sim, os novos beneficiários de rendimentos. No segundo período, os rendimentos "novos" ou "secundários" *substituem* os rendimentos primitivos; êles não se juntam nunca.

Um caso particular pode ajudar-nos a compreender êsse fenômeno. Suponhamos que o Estado recolha pelo impôsto, a totalidade dos acréscimos definitivos de renda e que disso se utilize para manter a remuneração dos funcionários no nível alcançado, no período precedente, por meio da criação de moeda. Então, a renda total permanecerá a mesma. Sòmente poderia haver mudança se os funcionários fôssem, *novamente*, pagos mediante expansão monetária. A confusão, que consiste em adicionar os acréscimos de rendimentos dos agentes de produção, provém do fato de contar-se duas vêzes a mesma coisa e de não se fazer distinção entre os períodos. Na realidade, os períodos, bem entendido, não são separados senão na análise teórica, uma vez que pode haver imbricamentos. Mas, poder-se-ia superar essa dificuldade aparente substituindo-se a *noção de período pela noção de circuito*. Verificar-se-ia que a utilização dos rendimentos pelos beneficiários secundários pertence a um novo circuito: *produção-consumo*, mesmo que êsse circuito comece a se efetivar no momento em que o primeiro circuito não tenha ainda terminado. Além disso, considerando um tempo bastante longo, chega, inevitavelmente, um momento em que os rendimentos dos primeiros beneficiários são esgotados e em que não há mais que os rendimentos dos beneficiários subsequentes. Em todo caso, assim como não se tem o direito de adicionar as produções físicas de diversos

---

(8) Aqui as considerações relativas à repartição dos rendimentos entre o *entesouramento*, o investimento e o consumo podem despertar interesse.

períodos (ou de diversos circuitos sucessivos), não se tem o direito de adicionar os rendimentos de diversos períodos (ou de diversos circuitos). E' preciso não perder de vista que, no segundo período, ou no segundo circuito, a renda adicional dos funcionários não existe mais.

Que o Estado deixe os rendimentos definitivos secundários entre as mãos dos seus beneficiários ou que os recolha para distribuí-los, o resultado é o mesmo. As rendas monetárias já atingiram um nível superior e permitem o escoamento de uma produção acrescida. Elas asseguram a manutenção do circuito em sua dimensão ampliada (110 em lugar de 100), mas não proporcionam um novo alargamento (por exemplo de 110 a 120).

O fato de um novo poder de compra, lançado na circulação, ficar na circulação, tem, sempre, intrigado os economistas e êstes, algumas vêzes, têm tentado acreditar que isto produza uma aceleração constante ou um alargamento contínuo. E' o que se poderia chamar de teoria da "coroa" ou do "caracol".

Na teoria do caracol, que é, em suma, a teoria da amplificação, o poder de compra pôsto em circulação provocaria, de fase em fase, um alargamento do circuito. Na teoria da coroa, o poder adicional de compra permite, simplesmente, a manutenção do circuito alargado. Diferentemente do que se passa com a gasolina num automóvel, o poder de compra não se consome. No automóvel, obtém-se a aceleração aumentando a injeção de gasolina, porém a máxima velocidade não se mantém, se se deixa de assegurar a continuidade das injeções. Na vida econômica, o efeito da permanência do poder de compra é, precisamente, o de manter o circuito alargado, mas, não o de alargá-lo continuamente.

A análise da economia coletivista oferece-nos uma confirmação complementar dêsse fato. Suponhamos uma coletividade, na qual certas mercadorias sejam distribuídas por meio de "tickets" (sem uso de moeda); os "tickets" devem, naturalmente, passar de mão em mão até o organismo emissor que os *anula* (o poder de compra não fica em circulação); para escoar as mercadorias, num segundo período, é preciso emitir novos bônus; exatamente como acontece com o automóvel, é preciso, continuamente, comprimir o acelerador e injetar a gasolina. Na economia monetária, uma expansão do poder de compra faz passar o circuito a uma dimensão superior e o mantém nesse nível. Eis aí o efeito da per-

manência do poder de compra; seria absurdo atribuir-lhe, além disso, o poder mágico de alargar o circuito de fase em fase.

Finalmente, se a teoria do multiplicador ou do caracól deve ser rejeitada, não se conclua que a política monetária se torne, em consequência, mais difícil de ser conduzida; ao contrário, ela se tornará, ainda, mais fácil, porque, pelo menos, uma grande incógnita, o coeficiente de multiplicação, já se acha eliminada.

## SUMMARY

### FROM THE MULTIPLIER THEORY TO THE THEORY OF DECISIVE IMPACT POINTS

*According to KEYNES' followers, the increase of purchasing power at a certain moment would entail, for a long period of time, amplified and continuous increases of the total money revenue since, as the additional purchasing power changes hands it would be necessary to add to it sums of revenues successively gained. Thus the increase of money revenues would bring about a miraculous result, similar to the multiplication of the loaves, and would make possible, if the theory proved to be correct, substantial results through the use of very simple measures.*

*However, from the viewpoint of common sense, it is really surprising that more important mechanical effects than the original cause can be reached, and one's instinctive reaction is to accept reservedly or even sceptically a conception that reminds one of alchemy.*

*Now we shall investigate whether an analysis will confirm these objections of common sense. Availing ourselves of what might be called the theory of impact points, we shall endeavour to demonstrate that the multiplication theory is nothing but a mystification.*

### I — THE SOPHISM OF SUCCESSIVE EXPENDITURES

*It can not be denied that an additional income  $r$ , giving rise to an additional expenditure  $d$ , determines successive effects all along the path followed by the currency, changing from hand to*



*hand. But it is not true that these effects can be added and that the total effect should be a multiple of the original impulse. It is necessary not to confuse the impact points, which correspond to decisive phases, and the passage points, which constitute secondary phenomena, which register, manifest and make visible partial effects virtually contained in the initial impact.*

*Although the impact of the original additional expenditure taxes place in various phases, the total effect is unit. What is meant by this total effect?*

*There are two ways of measuring it: either synthetically, by taking the original expenditure, or analytically, by considering the effects peculiar to each phase. It is the latter method which leads to confusion. To act correctly, it is necessary to measure in each phase that which constitutes a definite revenue only and not what is but a mere transmission without a definite impact.*

*In order to clarify the analysis we shall give an example: the engine of a passenger train supplies, for heating the coaches, a steam jet which, through a main continuous piping system is transmitted to all the coaches, the amount of steam necessary to the heating of each car being drawn from the main flow by means of taps. To measure the total amount of steam, the most simple thing to do is to find out the amount issued at the engine end. Keynes' followers, however, would rather add the amounts of steam which, at each one of the links, pass to the next car.*

*We, who are not willing to recognise the Miracle of the Loaves, believe that throughout the ascending course of the purchasing power up to the production factors, there is only the development of the effects of the original impulse and nothing else. The total revenue is equal to the purchasing power originally put into circulation, for one can not see where an increase might have come from.*

*Now we shall have to find out what will be the definite impact of these revenues when passing through the hands of workers, business men, manufacturers and so on. Will not the expenditure of these revenues be a new, independent factor which will generate an impulse, in its turn, also new, different from the original impulse?*

## II — THE IMPACT OF DEFINITE REVENUES

*Since we have not accepted the attribution of a decisive impact to the purchasing power in its ascending course, can we do the same in regard to final consumer's expenditure?*

*To answer this question, it is convenient to distinguish between the qualitative impulse and the quantitative impulse.*

*a) The way through which those who benefit from definite revenues use their additional purchasing power exerts its influence on the direction of the productive forces. It is in this sense that one can speak of a qualitative impact.*

*b) From the quantitative standpoint, the partial incomes do not constitute an addition to the income arising from the original monetary creation. It is the same purchasing power which, at the end of a period, is available to meet the actual production chain of the following period.*

*Let us admit that, thanks to a first flow of purchasing power, production having been increased from 100 to 110, the economic circuit proceeds in the second period, at this new dimension. It is at this point that the "new" or "secondary" revenues replace the original revenues but are not added to them.*

*Whether the State leaves the definite secondary revenues with their beneficiaries, or takes them for distribution, the result will be the same. The monetary income will be, from this moment on, on a higher level and will allow the flow of an increased production. This income will secure the permanency of the circuit in its increased size (110 instead of 100), but will not determine a new increase (from 110 to 120, for instance).*

*The economists are frequently surprised by the fact that a new purchasing power put into circulation remains in circulation and they are sometimes tempted to believe that this causes a constant acceleration or a continual increase. This is what might be called the crown theory or the snail theory. By this latter, which is, in short, the amplification theory, the purchasing power put into circulation would entail at each phase an enlargement of the circuit. As to the crown theory, the additional purchasing power merely allows the maintenance of the enlarge circuit. Contrary to what happens with gasoline in a car, purchasing power does*

*not use itself up; in a car acceleration is obtained by increasing the gasoline supply, but maximum speed is only kept constant through a continuous supply. In economic life, the effect of permanency of the purchasing power is precisely that of maintaining the enlarged circuit, but not that of increasing it continuously.*

*Finally if one is to deny the multiplier or snail theory, this does not mean that monetary policy becomes harder to carry out; instead it becomes easier to conduct, through the elimination of a great unknown, the coefficient of multiplication.*

### RESUMÉ

#### DE LA THÉORIE DU MULTIPLICATEUR À LA THÉORIE DES POINTS D'IMPACT DECISIF

*D'après les Keynesiens, l'augmentation, à un moment donné, du pouvoir d'achat (ou des revenus monétaires) entraînerait des accroissements amplifiés et successifs du revenu monétaire total, au cours d'une longue période de temps. Le pouvoir d'achat additionnel passant de mains en mains, il faudrait additionner les tranches de revenus successivement perçus.*

*L'accroissement des revenus monétaires aurait ainsi un effet miraculeux, semblable à la multiplication des petits pains et l'on pourrait, si la théorie était juste, obtenir des résultats d'envergure au moyen de mesures limitées. Il est naturel que des esprits insuffisamment critiques et épris de techniques merveilleuses se laissent impressionner par une mécanique qui semble pouvoir produire plus d'énergie qu'elle n'en absorbe.*

*Pour les partisans d'une politique monétaire, la théorie de l'amplification ne laisse pas d'être inquiétante. Si les effets d'une mesure pratique doivent s'amplifier, ne s'expose-t-on pas à des risques considérables puisque l'on va, comme l'apprenti sorcier, déchaîner des forces que l'on ne peut ni mesurer d'avance, ni dominer en cours d'expérience?*

*Du point de vue du simple bon sens, il semble assez surprenant que l'on puisse obtenir des effets mécaniques plus grands que la cause, et une réaction instinctive incite à n'accueillir qu'avec réserve, et même avec scepticisme, une conception qui rappelle un peu l'alchimie.*

*Nous voudrions examiner ici si l'analyse confirme les objections du bon sens. En recourant à ce que l'on pourrait appeler une théorie des points d'impact, nous essaierons de montrer que la théorie de la multiplication n'est au fond qu'une mystification.*

## I — LE SOPHISME DES DÉPENSES SUCCESSIVES

*Il est vrai, certes, qu'un revenu additionnel  $r$ , se traduisant par une dépense additionnelle  $d$ , entraîne des effets successifs tout au long du circuit que parcourt la monnaie, en passant de mains en mains. Mais il n'est pas vrai que l'on puisse additionner ces effets et que l'effet total soit un multiple de l'impulsion originaire. A certains points du circuit, une dépense provoque un effet réel, de grandeur donnée; cette impulsion initiale se transmet, dans l'espace et dans le temps; elle répand son énergie, en se décomposant, dans des plans et des moments successifs. Pourtant, il ne faut pas confondre les points d'impact, qui correspondent à des phases décisives, et les points de passage, qui ne sont que des phénomènes dérivés, enregistrant, manifestant ou extériorisant des effets partiels qui étaient déjà virtuellement contenus dans l'impact ou le choc initial.*

*En effet, bien que l'impact de la dépense additionnelle initiale se produise en plusieurs phases, il faut retrouver l'unité de l'effet total au-delà des transactions successives.*

*Quel est cet effet total? Il peut, évidemment, être mesuré de deux manières. Ou bien on peut le mesurer synthétiquement en prenant la dépense initiale. Ou bien on peut le mesurer analytiquement en considérant les effets particuliers à chaque stade. C'est cette seconde méthode qui engendre la confusion. Pour procéder correctement, il ne faut compter, à chaque stade, que ce qui constitue un revenu définitif et non ce qui constitue une simple transmission, sans impact distinct.*

*Une comparaison pourra éclairer l'analyse. La locomotive d'un train de voyageurs émet, pour le chauffage des wagons, un jet de vapeur qui, par une canalisation principale continue, se transmet tout le long du convoi. Des dérivations permettent de prélever, sur le flot principal, la quantité de vapeur nécessaire au chauffage de chaque wagon. Pour mesurer la quantité totale de*

vapeur, le plus simple est de déterminer la quantité émise à la sortie de la locomotive. Les Keynesiens préfèrent additionner les quantités que à chacun des accouplements passent au wagon suivant.

Pour notre part, refusant d'admettre le miracle de la multiplication, nous pensons que, dans toute la "démontée" du pouvoir d'achat jusqu'aux facteurs de production, il n'y a rien de plus que le déroulement des effets de l'impulsion initiale. Le seul point d'impact décisif est la dépense par les premiers bénéficiaires du pouvoir d'achat additionnel. Au bout de la période pendant laquelle la chaîne des effets se réalise, nous constatons deux résultats. D'une part, la production s'est accrue en valeur de  $x$ ; si la production réelle était extensible et si les prix sont demeurés constants, la masse des biens concrets produits dans cette période est augmentée de  $x$ ; on peut dire que le circuit a été élargi ou que le niveau de la production et de l'emploi a été élevé. D'autre part, le pouvoir d'achat initialement attribué aux fonctionnaires est désormais réparti, à titre de revenu définitif, entre les participants à la production additionnelle. Encore une fois, le total de ces revenus est égal au pouvoir d'achat mis en circulation au départ, car on ne voit pas d'où pourrait provenir une augmentation.

Reste à savoir ce que pourra être l'impact des revenus définitifs, passés entre les mains des travailleurs, commerçants, fabricants, etc. La dépense de ces revenus ne va-t-elle pas être un fait nouveau, indépendant, donnant une impulsion nouvelle, distincte de l'impulsion initiale?

## II — L'IMPACT DES REVENUS DÉFINITIFS

Si nous refusons le caractère d'impact décisif à la transmission de pouvoir d'achat dans la "remontée", pouvons-nous faire de même en ce qui concerne les dépenses en consommation ultime? Pour répondre à cette question, il convient de faire une distinction entre l'impact qualitatif et l'impact quantitatif.

a) la manière dont les bénéficiaires de revenus définitifs emploient leur pouvoir d'achat additionnel influe sur l'orientation des forces productives. Lorsque les revenus monétaires sont parvenus entre les mains de nouveaux bénéficiaires, on se trouve au

début d'une chaîne nouvelle et une impulsion de changement peut être donnée. C'est en ce sens que l'on peut parler d'un impact qualitatif.

b) En revanche, au point de vue quantitatif, les revenus définitifs ne constituent pas une addition à ceux qui proviennent de la création monétaire originaire. C'est le même pouvoir d'achat qui, au bout d'une période, se trouve disponible pour aller à la rencontre du flot de production concrète de la période suivante.

Admettons que, grâce à une première injection de pouvoir d'achat, la production ait été élargie de 100 à 110 et que le circuit économique se renouvelle, dans cette seconde période, à cette dimension nouvelle. Dans cette seconde période, les revenus "nouveaux" ou "secondaires" remplacent les revenus primaires; ils ne s'y ajoutent pas.

Que l'Etat laisse les revenus définitifs secondaires entre les mains de leurs bénéficiaires ou qu'il les prélève pour les distribuer, le résultat est le même. Les revenus monétaires sont désormais à un niveau supérieur et ils permettent l'écoulement d'une production accrue. Ils assurent le maintien du circuit à sa dimension élargie (110 au lieu de 100) mais ils ne suscitent pas un élargissement nouveau (110 à 120).

Les économistes ont été souvent intrigués par le fait qu'un pouvoir d'achat nouveau lancé dans la circulation reste dans la circulation et ils ont parfois été tentés de croire que cela produit une accélération constante ou un élargissement continu. C'est ce que l'on pourrait appeler la question de la couronne ou de l'escargot. Dans la théorie de l'escargot, qui est, en somme la théorie de l'amplification, le pouvoir d'achat mis en circulation provoquerait, de phase en phase, un élargissement du circuit. Dans la théorie de la couronne, le pouvoir d'achat additionnel permet simplement le maintien du circuit élargi. A la différence de ce qui se passe pour l'essence dans une automobile, le pouvoir d'achat ne se consomme pas; dans l'automobile, on obtient une accélération en augmentant l'injection d'essence, mais la vitesse plus grande ne se maintient que si l'on continue les injections. Dans la vie économique l'effet de la permanence du pouvoir d'achat est précisément de maintenir le circuit élargi, mais non de l'élargir continuellement.

---

*Finalelement, si la théorie du multiplicateur ou de l'escargot est à rejeter, il n'en résulte pas que la politique monétaire soit plus difficile à conduire, mais au contraire sa conduite s'en trouve plus aisée, car une grande inconnue, le coefficient de multiplication, se trouve éliminée.*